

AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA

Processo nº.

NOME, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do art. 403 do CPP, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

aduzindo, para tanto, o que segue:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

O réu foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 129, § 9º, e 147, ambos do CP, c/c os artigos 5º e 7º da Lei nº 11.340/06, por haver, supostamente, na DATA, por volta de HORÁRIO, ofendido a integridade corporal de sua ex-companheira NOME, bem como a ameaçado de causar-lhe mal injusto e grave.

Devidamente instruído o feito, a Acusação, em suas alegações finais (fls. XX/XX), requereu a **procedência parcial** da pretensão punitiva, pugnando pela absolvição do réu pelo crime de ameaça e por sua condenação pelo delito de lesão corporal.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

II - DELITOS DE AMEAÇA E LESÃO CORPORAL: INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. INFRINGÊNCIA AO ARTIGO 155 DO CPP

Na esfera penal, o decreto condenatório não pode ser lastreado somente em provas colhidas na fase inquisitorial, em

provas indiciárias ou meras suspeitas, exigindo, ao contrário, prova que evidencie certeza fundada em dados objetivos e indiscutíveis quanto aos fatos apontados na inicial acusatória.

No ponto, cabe destacar que o procedimento administrativo investigatório não se orienta a comprovar, de forma estanque e insofismável, a materialidade e a autoria delitiva, mas tão somente a coletar indícios suficientes para a formação da “opinio delicti”.

Com isso, reserva-se para a fase processual (judicial), porquanto **adjetivada pelo contraditório**, o momento adequado para a formação da culpa do réu, oportunizando-se a ele a amplitude de suas respectivas defesas, estando o juiz impedido de se valer unicamente dos elementos colhidos na fase inquisitorial para fundamentar uma sentença condenatória (art. 155, caput, do CPP).

Nesse contexto, para o advento de um édito condenatório é imprescindível que os elementos colhidos na fase judicial sejam capazes de conduzir, de forma incontestada, à elucidação da materialidade e autoria dos crimes apontados pelo órgão de persecução penal, sob pena de absolvição do(s) acusado(s) ao final.

Na hipótese dos autos, a despeito de ter se manifestado em sede inquisitorial, **a vítima não foi ouvida em juízo**, de modo que os indícios produzidos em sede de inquérito policial não foram judicializados.

O órgão acusatório estatal, ante a impossibilidade de localizar a vítima, desistiu de sua oitiva à fl. XX.

Lado outro, em audiência de fls. XX, foi realizado o interrogatório do acusado, ocasião em que, sob o crivo do contraditório, **negou veementemente** a prática das condutas atribuídas na denúncia (mídia - fl.XX). Confira-se a narrativa apresentada pelo réu em juízo:

Que a acusação não é verdadeira; que vieram para Brasília; que ela possui parentes que viraram as costas para ela; que moravam no XXXX-UF; **que ela passou a usar crack;** que um dia o réu pegou dinheiro para comprar gás; que ela sumiu com seu botijão de gás; que ela se prostituiu para sustentar o vício; que ele a largou e veio para XXXX-UF; que trabalhava na serralheria “Pingo de Ouro”; que fazia reforma no trailer da LANCHONETE; que ela tem câncer; que ela o encontrou e pediu dinheiro para comprar remédio; que ele a acompanhou até o hospital; **que no meio do caminho uma amiga dela a chamou para usar droga;** **que ele não deixou e foi com ela ao hospital;** **que no hospital ela disse que ele havia batido nela;** **que não a ameaçou nem bateu nela;** **que não usou drogas no dia;** **que um dos policiais disse que ele estava drogado e alternado, mas que o outro não disse;** **que um dos policiais deu uma embananada na hora de responder sobre as lesões da vítima;** **que a vítima inventou essa história em razão do crack;** **que não falou nada para o delegado na delegacia de polícia;** **que NOME é sua ex-companheira.**

As testemunhas policiais NOME e NOME também foram ouvidas nos autos. Em sede judicial, afirmaram (mídia – fl. XX):

NOME: Que foram chamados para o Hospital de XXXX-UF; que lá já estavam o rapaz e a esposa; que ela os procurou no hospital e disse que foi agredida pelo réu; que ela pediu para que acionasse a polícia militar; que ela estava sentindo dores nas costas e

disse que foi agredida; **que o pessoal do hospital não visualizou os fatos; que o segurança disse que ocorreram anteriormente, fora do hospital; que ela estava de vestes e a testemunha não pôde visualizar as lesões; que ela não lhes mostrou as lesões;** que na DP confirmaram as lesões; que foi rápido; que tinha muita gente no hospital; **que ele estava lá próximo, no hospital;** que o abordaram e foram à delegacia; que o segurança dizia que ele queria falar com ela, mas que ela estava com a segurança do hospital; **que não sabe se eles chegaram juntos ao hospital; que foi rápido e não se recorda se ele falou algo; que o réu não confirmou nada;** que quando eles chegaram ela estava dentro do hospital, no atendimento; **que não acharam madeira nem pedaço de pau; que o fato não tinha acontecido no hospital;** que não se recorda das vestes da vítima; **que não notou marca na roupa dela;** que ela disse que estava com bastante dor; **que não havia nenhuma marca na roupa dela; que não tinha nenhuma marca na roupa nem nada rasgado;** que ela estava chorando e dizendo que estava sentindo bastante dor nas costas; **que não pediram para ela levantar a roupa; que a vítima não relatou nenhuma ameaça;**

NOME: Que não conhecia as partes; que se recorda da ocorrência; que havia uma senhora no hospital TAL que entrou no hospital correndo de uma pessoa; que lá ela e ele se encontravam; que ele estava gritando; que ela sentia dores na região da lombar; que ela pegou o hospital como refúgio; que estava

correndo dele; **que ele falava que não tinha feito nada; que ele dizia que ela foi atrás dele; que tiveram relacionamento;** que ela dizia que com um porrete ele a acertou; que ela dizia que ele queria ter relação com ela; **que ela não narrou ameaças;** que ela estava sentindo muitas dores; que gritava de dores; que na delegacia ela ficou em cima das cadeiras; **que viu lesão na parte de trás; que era uma marca amarronzada; que ela só falou de um golpe;** que não sabe que porrete foi; que ele estava gritando; que o vigilante a colocou no hospital para a proteção dela; **que o vigilante não viu a pancada; que segundo ela a pancada foi no barraco; que ele alegava que era ela quem havia ido atrás dele; que ela não largava do pé dele;** que ele estava alterado; que ela gritava de dor; que ela não disse se foi agredida por ele antes; **que não viu eles entrarem no hospital; que outra pessoa que contou que eles chegaram correndo; que ela estava com um vestido;** que a parte onde ela estava lesionada dava para ver; que era um vestido alongado; que eles disseram que moram em um barraco; **que ela não chegou a levantar a roupa; que dava para ver a marca pela roupa;** que a roupa era folgada; que não é uma roupa colada; que tinha decote; que ela ficou deitada na cadeira com dor; **que o colega policial estava com ele; que os policiais chegaram juntos;** que todo mundo na delegacia viu; **que não viu marca como rasgão na roupa dela;** que segundo ela a pancada foi na hora da relação; que não localizaram nenhuma madeira.

Dessa forma, restou evidente que **nenhuma das duas testemunhas presenciou qualquer fato típico praticado pelo réu contra a vítima**. Além disso, do cotejo entre seus relatos ressoam contradições que enfraquecem ainda mais qualquer certeza acerca da narrativa fática, senão vejamos:

Em juízo, NOME afirmou “**que ela estava de vestes e a testemunha não pôde visualizar as lesões; que ela não lhes mostrou as lesões; (...) que o réu não confirmou nada**” (mídia – fl. XX).

Contraditoriamente, a testemunha NOME asseverou que pôde se visualizar a lesão, ainda que a vítima não tenha levantado a roupa. Assinalou, estranhamente, tratar-se de uma “marca amarronzada”, e consignou, ao contrário do colega policial, que o réu mencionou várias informações acerca dos fatos: “**que ele falava que não tinha feito nada; que ele dizia que ela foi atrás dele; (...) que ele alegava que era ela quem havia ido atrás dele; que ela não largava do pé dele**” (mídia – fl. XX).

Além disso, ambas as testemunhas afirmaram, em sede extrajudicial (fls. XX-D/XX), que a vítima teria lhes relatado a prática de ameaça perpetrada pelo acusado, o que vieram a negar, em patente contradição, quando ouvidos em juízo.

Dessa forma, considerando-se que as testemunhas policiais não presenciaram qualquer conduta delitiva do acusado, é certo que os seus relatos **não têm o condão de judicializar a prova realizada apenas em sede inquisitorial**. Os policiais, tanto em juízo quanto na delegacia de polícia, nada mais puderam atestar a não ser o que teria sido mencionado pela vítima, que, inclusive, segundo seu próprio relato prestado na delegacia de polícia, teria feito uso de **crack** minutos antes dos supostos fatos (fl. XX).

Ademais, conforme acima consignado, tratam-se de relatos que apresentam contradições não apenas entre si, mas

também quando cotejados com as declarações prestadas pelas próprias testemunhas em sede extrajudicial.

Mas não é só. O laudo de fls. XX/XX-v atestou lesões nos antebraços, na região da crista ilíaca esquerda, na lombar inferior esquerda e na coxa direita da ofendida. A testemunha NOME, todavia, afirmou “**que ela só falou de um golpe**”.

Ora, se a Acusação tenta imputar ao acusado as lesões descritas no laudo de fls. XX/XX-v, é certo que tais lesões não podem ter sido causadas por apenas um golpe. E, se busca ainda judicializar a prova da autoria delitiva com base no relato dos policiais, é inegável que esbarra em intransponível contradição. É se dizer, se o réu causou as lesões descritas às fls. XX/XX-v, resta claro que não perpetrou apenas um golpe, e, se desferiu mais de um, é também certo que os relatos testemunhais não podem judicializar os elementos inquisitoriais, eis que apontam para a existência de apenas um golpe.

Com efeito, na hipótese sob exame, o que resta indene de dúvidas é que a prova judicial produzida nos autos é, no mínimo, frágil, não podendo apontar, com a certeza que demanda o processo penal, para a prolação de uma sentença condenatória.

Nesse viés, é imperioso trazer à lume o escólio da doutrina majoritária: "se o juiz não possui provas sólidas para formação do seu convencimento, sem poder indicá-las na fundamentação da sua sentença, **o melhor caminho é a absolvição**" (NUCCI, Guilherme de Sousa, in Código de Processo Penal Comentado, 11ª Edição, p. 739; g.n.).

No mesmo trilhar, confira-se a jurisprudência do Egrégio TJDFT:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PALAVRA DA VÍTIMA.

AUSÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. 1. **Nos crimes praticados contra mulher em contexto de violência doméstica, ocorridos normalmente em ambiente privado, às escondidas, sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima recebe relevo especial, desde que em consonância com outros elementos de convicção.** 2. Na hipótese em que não há qualquer outra prova corroborando a versão da vítima, que se mostra isolada nos autos, impõe-se, sob o pálio do princípio do in dubio pro reo, a absolvição do réu por não existir prova suficiente para sua condenação, nos termos do Art. 386, VII, do CPP. 3. **Recurso provido para absolver o réu.** (Acórdão 1289249, 0063029820188070016, Relator: CRUZ MACEDO, 1ª Turma Criminal, data de julgamento: 1/10/2020, publicado no PJe: 15/10/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

No caso em exame, a única prova judicial capaz de autorizar a condenação do acusado seria a eventual palavra da vítima, **que não foi ouvida em juízo**.

Assim, não se deve amparar a pretensão exarada em alegações finais do Ministério Público no sentido de tentar captar a ocorrência da prática delitiva somente com base nas provas produzidas em sede de inquérito policial, **perante o qual a Defesa não possui atuação**.

As testemunhas policiais, repise-se, nada presenciaram (mídia – fl.XX).

Destarte, considerando que o conjunto probatório não oferece o necessário respaldo para a versão dos fatos trazida pelo Ministério Público na denúncia, cumpre absolver o acusado da imputação atribuída, com supedâneo no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

III - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a Defensoria Pública, em sede de alegações finais, pugna pela ABSOLVIÇÃO do acusado, com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO